

## ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PESCA – CEPESCA

Aos dezoito dias de agosto do ano de dois mil e dezessete, às 8h 30 min no Auditório da Escola Superior de Advocacia de MT – ESA/OAB/MT ocorreu a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA, com a seguinte pauta: 1) Abertura da reunião, discussão e votação das atas da: 3ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 23 de junho de 2017; 1ª Reunião Extraordinária, ocorrida no dia 19 de julho de 2017; 2) Informes; 3) Criação de Grupo de Trabalho para atualizar a normatização do Processo de Licenciamento Ambiental da Piscicultura no Estado de Mato Grosso, considerando a Audiência Pública ocorrida em 29/06/2017 e a Audiência Ministerial ocorrida no dia 31/07/2017, ambas, realizadas pelo Ministério Público Estadual/MT; 4) Assuntos Gerais e Encerramento. O Secretário Executivo da SEMA, Sr. André Baby justificou a ausência e a reunião foi presidida pela Secretária Executiva do CEPESCA, Srª. Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila, de acordo com o regimento interno. A reunião contou com a presença dos seguintes representantes institucionais do Conselho: Sr. Joaquim Paiva de Paula, representante do CONSEMA; Sr. Ivan Freitas da Costa, representante do setor empresarial de turismo de pesca – Bacia Amazônica (ARPAN); Sr. Cleres Tubino Silva, representante do setor empresarial de turismo de pesca – Bacia Paraguai (ASATEC); Srª. Débora Fernandes Calheiros, representante da Bacia Paraguai-Colônia Z 10; Sr. Rafael Vieira Nunes, representante do MPE/MT; Sr. Keve Zobogany de Szönyi de Silimon, representante do IESCBAP; Srª. Jeandra dos Santos Barbosa, representante da Bacia Araguaia-Colônia Z 09; Sr. Eloísio Nunes Miranda, representante do IBAMA/MT; Srª. Hellen Cristina Gomes Maya Araujo, representante do MDIC/EFAP-MT; Srª. Julita Burko Duleba, representante da Bacia Amazônica-Colônia Z 16; Srª. Luciana Ferraz representante do FONASC-CBH. Estiveram presentes também participantes ouvintes, conforme lista de presença da reunião, arquivada na Secretaria Executiva do CEPESCA, sendo registrado os que se manifestaram: Srs. Eduardo Miranda e Leonardo Pinheiro Costa (AQUAMAT); Sr. Lindenbergue Lima (Assembleia Legislativa); Sr. Claudionor Angeli (COOPEAMAT). A Reunião foi aberta pela Srª. Gabriela Priante e inicia perguntando ao Conselho se tem alguma observação sobre requerimentos de urgência que tivessem fora da pauta, para ser inserido. A reunião se inicia e foi explicado ao Conselho Pleno sobre as limitações para a finalização das atas da 3ª Reunião Ordinária de 2017 e 1ª Reunião Extraordinária de 2017 devendo as mesmas serem aprovadas na próxima reunião. Foram dados os seguintes informes: 1) Ofício nº 015/CEPESCA de 30.05.17 encaminhado para o MAPA, reforçando

34 sobre o período de defeso estabelecido em MT; 2) A Moção nº 01/CEPESCA/2017 sobre as  
35 questões das hidrelétricas foi assinada e estarão sendo dados os devidos  
36 encaminhamentos para sua publicação no diário oficial; 3) Ofício Circular nº 011/17  
37 encaminhado pela Colônia Z09 justificando as faltas em algumas reuniões considerando  
38 as limitações de logística para o deslocamento de seus representantes; 4) A Sr<sup>a</sup>. Débora  
39 Calheiros informa sobre as Reuniões Públicas que estarão ocorrendo sobre o processo de  
40 elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai, nas quais  
41 serão apresentadas o Diagnóstico (situação atual da região) e Prognóstico (possibilidades  
42 de mudanças e desenvolvimento da região), que serão a base para as propostas do  
43 Plano; foi repassado a importância da participação dos conselheiros, neste processo,  
44 considerando que o objetivo do Plano é propor ações e metas para minimizar conflitos  
45 potenciais ou existentes pelo uso da água, tendo em vista os múltiplos interesses dos  
46 usuários, do poder público e da sociedade civil organizada; 5) Foram justificadas as  
47 ausências da: a) Pousada Alto Xingu – Setor empresarial de turismo de pesca da Bacia  
48 Araguaia (Lídio Coletto) conforme e-mail enviado para a Secretaria Executiva em 16.08.17;  
49 b) UNEMAT (Divina Sueide) conforme e-mail enviado para a Secretaria Executiva em  
50 15.08.17; c) Federação dos Pescadores conforme e-mail enviado para a Secretaria  
51 Executiva em 16.08.17, informando sobre a eleição da Colônia Z-09 (Porto Alegre do  
52 Norte); d) SEMA (Neusa Arenhart) e UFMT (Lucia Mateus) devido participação em  
53 atividade de campo. A próxima pauta é sobre a Criação de Grupo de Trabalho para  
54 atualizar a normatização do Processo de Licenciamento Ambiental da Piscicultura no  
55 Estado de Mato Grosso, considerando a Audiência Pública ocorrida em 29/06/2017 e a  
56 Audiência Ministerial ocorrida no dia 31/07/2017, ambas, realizadas pelo Ministério Público  
57 Estadual/MT. O Sr. Eduardo Miranda contextualiza as questões relacionadas à piscicultura  
58 em MT e destaca que conforme o censo de 2016, foram produzidas 60 mil toneladas de  
59 peixes. Dentre as espécies mais utilizadas, o tambaqui (espécie pura) e tabatinga, pintado  
60 da Amazônia (espécies híbridas) são as mais utilizadas. Em relação a tilápia, ela apresenta  
61 um potencial econômico que vem sendo despertado entre os piscicultores, considerando  
62 que a tecnologia está bem avançada para os sistemas de cultivo em tanque rede,  
63 envolvendo todo o manejo da atividade. O Sr. Keve Silimon questiona o porquê de não  
64 serem fomentadas as pesquisas com espécies nativas, a exemplo do pacú e aponta sobre  
65 os interesses de fortes grupos econômicos na introdução de espécies exóticas. Aponta  
66 também que o profissional envolvido direciona os projetos de piscicultura, se for  
67 zootecnista tem o lado mais de produção e se for um biólogo, a conservação ambiental é

GRF

68 mais evidente. Ele complementa que trabalha nesta área desde 1969 e em todos os  
69 lugares do país, a tilápia é uma grande preocupação. Segundo ele, ela chega a desovar  
70 quatro vezes ao ano, com taxa de sobrevivência de mais de 60 %, enquanto outras  
71 espécies têm 1%. Ele reforça que é pioneiro neste tema, as regras são muito claras e  
72 severas, devendo serem seguidas e que os interesses econômicos não podem ser  
73 prioritários em desrespeito à conservação ambiental. Segundo ele, os trabalhos científicos  
74 devem melhorar os resultados e fomentar uma pesquisa com a introdução da tilápia em  
75 MT seria um grande retrocesso. A Sr<sup>a</sup>. Gabriela Priante contextualiza sobre o Processo nº  
76 161281/2017 que solicita autorização de Projeto de Pesquisa com o cultivo de tilápia em  
77 escala comercial, no reservatório da usina hidrelétrica de São Lourenço/MT, o qual  
78 demandou esta discussão pelo CEPESCA. O Sr. Rafael Nunes aponta que nesta discussão  
79 devem ser consideradas as diversidades entre as interfaces da conservação ambiental e  
80 dos aspectos econômicos e que é necessário ter muita cautela nos encaminhamentos,  
81 pois o tempo da resposta ao processo do CEPESCA certamente não será equivalente ao  
82 tempo em que o tema exige com ampla discussão entre todos envolvidos. Ele aponta que  
83 as medidas mitigadoras não estão elencadas no processo e reforça a importância de se  
84 constituir o Grupo de Trabalho para tratar este assunto. O Srs. Lindenbergue Lima e  
85 Claudionor Angeli reforçam a importância de incluir nestas discussões a preocupação com  
86 a atividade da piscicultura voltada para a Agricultura Familiar. A Sr<sup>a</sup>. Débora Calheiros  
87 reforça que os pareceres técnicos relacionados à produção pesqueira apresentados para  
88 a Bacia do Alto Paraguai apontam sobre os cuidados com a introdução de espécies  
89 exóticas e complementa que a tilápia tem um comportamento muito agressivo e nos  
90 ambientes que se encontram é muito difícil retirá-la. Após várias manifestações foi  
91 deliberado a constituição do Grupo de Trabalho, intitulado Normatização da Aquicultura  
92 em MT com o objetivo de propor a atualização de normas e critérios para o licenciamento  
93 ambiental da atividade de Aquicultura de forma a impedir impactos negativos sobre os  
94 recursos pesqueiros em ambientes naturais, com os seguintes representantes  
95 Conselheiros: Débora Calheiros (Colônia Z 10); Divina Sueide (UNEMAT); Cleres Silva (Setor  
96 empresarial turismo de pesca - Bacia Alto Paraguai); Ivan Costa (Setor empresarial  
97 turismo de pesca - Bacia Amazônica); Keve Silimon (IESCBAP); Luciana Ferraz (FONASC);  
98 Eloísio Miranda (IBAMA); Neusa Arenhart (SEMA); Rafael Nunes (MPE); Lucia Mateus  
99 (UFMT); Belmiro Miranda (Federação dos Pescadores); Jeandra Barbosa (Colônia Z 09);  
100 Hellen Araújo (MDIC/MT). Representantes e instituições convidadas, deliberados pelo  
101 Conselho Pleno: AQUAMAT; Claudionor Angeli (COOPEAMAT); Assembleia Legislativa;

102 INDEA; Setor de licenciamento da piscicultura da SEMA, a CAPIA (Coordenadoria de  
103 Atividades de Piscicultura e Agropecuária); Lindenbergue Lima e Fernando Lima  
104 (pescadores profissionais). O referido grupo de trabalho deverá apresentar os resultados  
105 de seu trabalho na última reunião ordinária de 2017, na primeira quinzena de dezembro;  
106 ficou estabelecida a primeira reunião para o dia 11 de setembro/2017. Passando para os  
107 assuntos gerais, a Srª. Gabriela Priante explica sobre o envio do Ofício nº 016/CEPESCA de  
108 30.05.17 o qual questiona o IBAMA de como serão realizados o controle e a fiscalização da  
109 pesca nas regiões de divisa de MT, no mês de fevereiro. Ela relata que a Superintendência  
110 do IBAMA, manifestou informalmente de que como as normas federais continuam  
111 vigentes, as mesmas serão aplicadas nas regiões de divisa com MT e que até o momento,  
112 não foi recebida esta resposta oficialmente. Ela enfatiza que todos os encaminhamentos  
113 possíveis foram realizados pela Secretaria Executiva e pelo Presidente do CEPESCA de  
114 forma a evitar os transtornos ocorridos no último período de defeso. O Sr. Lindenbergue  
115 Lima agradece pelas explicações realizadas e reforça a importância de todas instituições  
116 realizarem o trabalho político necessário para resolver o quanto antes a diferenciação do  
117 período de defeso estabelecido pelo estado e pela união. O Sr. Rafael Nunes relata sobre  
118 o Diálogo da Pesca ocorrido em Barão de Melgaço/MT em 17.08.17, organizado pelo  
119 Batalhão da Polícia Militar e Proteção Ambiental (BPMPA), no qual estiveram presentes  
120 várias instituições que atuam na pesca. Ele informa que o INSS apresentou a unificação  
121 digital do sistema de pagamento do seguro de defeso para ser iniciado neste próximo  
122 período de defeso, o qual facilitará muito o recebimento e processamento das  
123 informações para a concessão do benefício. Ele também informa que foram recebidas  
124 muitas denúncias, dentre elas: sobre os resíduos sólidos que descem de Cuiabá para o  
125 Pantanal; dragagem no Rio Cuiabá; uso demasiado da ceva fixa, dentre outras. O Sr.  
126 Lindenbergue Lima reforça a necessidade de ser discutido as questões sobre o tablado  
127 de forma a inibir o uso das cevas pelos pescadores. Nada mais havendo a declarar a  
128 reunião encerrou às 12 h e eu, Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila, lavrei esta ATA que  
129 será assinada por mim, Secretária Executiva do Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA.

130 \_\_\_\_\_  
131 Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila  
132 Secretária Executiva do CEPESCA

*GAPriante*